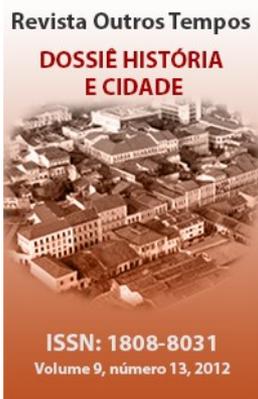


ENTRE BARÕES, FOGUETES E QUILOMBOLAS:

Museu Casa Histórica de Alcântara e a institucionalização de discursos e representações sobre a cidade de Alcântara¹

BETWEEN BARONS, ROCKETS AND QUILOMBOLAS:

Casa Histórica de Alcântara Museum and the establishment of speeches and representations about Alcântara city;



DANIEL RINCON CAIRES
Especialista em História
Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM
São Luís, MA- Brasil
daniel.caires@museus.gov.br

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade discutir o posicionamento dos museus em geral e do Museu Casa Histórica de Alcântara (MCHA) em particular, com relação às representações e discursos que incidem sobre a história. Partindo-se da premissa de que “toda instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade”, busca-se observar a orientação conceitual do MCHA desde sua fundação, em 1986, destacando sua relação com a cidade de Alcântara, que abriga a maior concentração de territórios quilombolas do Brasil, palco de disputas intensas entre diversos atores sociais em torno das terras e da força de trabalho, desde os tempos coloniais até a atualidade, marcada por sonhos espaciais.

Palavras-chave: Museus e história. História de Alcântara. Discursos e representações.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the role of the museums in general, and of the Museu Casa Histórica de Alcântara (MCHA) in particular, about the representations and discourses that are built upon history. Taking as true the premise that “all museums displays a discourse about reality”, we try to observe the conceptual orientation of the MCHA since its foundation, in 1986, emphasizing its relationship with the city of Alcântara, that upholds the biggest concentration of maroon territories in Brazil, a place of intense disputes between diverse social actors for land and work, since the colonial times to the present days marked by space dreams.

Key words: Museums and history. Alcântara’s history. Discourses and representations.

¹ Artigo submetido à avaliação em 24/03/2012 e aprovado para publicação em 20/05/2012

Introdução

Ao longo do século XX, as ciências sociais tornaram-se gradualmente conscientes de sua natureza discursiva. Percebeu-se que as grandes “verdades universais” herdadas dos séculos XVIII e XIX, pretensamente emanadas de uma razão pura e homogênea, eram constructos intelectuais peçados de intencionalidades, representantes de interesses específicos de grupos, nacionalidades, etc. Isso deu início, no campo da historiografia, a uma série de estudos voltados para a análise das representações e dos discursos. Na verdade, essa vertente e tornou-se uma importante ferramenta de ação prática da história, que passou a desmontar sistematicamente todos os discursos que sustentavam hegemonias políticas, econômicas, culturais, étnicas. Tal ação partiu da premissa de que os discursos, longe de serem neutros, produzem estratégias e práticas que “tendem a impor uma autoridade à custa dos outros” (CHARTIER, 2002, p. 17). As representações estão sempre num campo de disputas e competições, são objetos de poder, e a história passou a atuar com consciência nesse jogo de forças.

A museologia empreendeu jornada semelhante. Constatou-se que “toda instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade” (CHAGAS, 1999, p. 19). A análise dos “discursos” dos museus, de suas narrativas e do próprio recorte que fazem na realidade, decidindo o que preservar e o que esquecer, apontou que eram, em muitos casos, espaços de celebração de uma “memória do poder”. Ulpiano Bezerra de Menezes, por exemplo, descortinou o caráter “monumental” do Museu Paulista, demonstrando a maneira como aquele local foi constituído com vistas a celebrar determinadas figuras históricas, contribuindo para a eleição e fixação de “modelos de valores e comportamentos” (MENEZES, 2000a, p. 5).

Este artigo busca observar o processo de institucionalização dos discursos e representações, bem como suas formas de incidência sobre pessoas e sociedades, a partir da descrição e crítica de um caso específico: o de constituição do Museu Casa Histórica de Alcântara (MCHA), observando com ênfase seu papel como mediador e emissor das construções discursivas sobre a cidade de Alcântara – MA e sua sociedade, sobre seu passado e seu presente. A partir de uma breve revisão bibliográfica que levou em conta as principais obras que tratam da história de Alcântara, buscou-se encontrar as interpretações recorrentes sobre o passado da cidade, observou-se a maneira como o MCHA posiciona-se em relação a essa historiografia e as implicações que este posicionamento ocasiona. Além da bibliografia pertinente, este estudo leva em conta parte da documentação produzida por museólogos,

acadêmicos, dirigentes de órgãos culturais e autoridades políticas na época da constituição do Museu, no final dos anos 1980.

A história de Alcântara e suas interpretações: o discurso da decadência

Alfredo Wagner Berno de Almeida demonstrou que grande parte da produção intelectual do Maranhão é trespassada por um paradigma persistente e duradouro, assimilado quase sempre de maneira acrítica. Trata-se do que chamou de “discurso da decadência”, e consiste numa interpretação peculiar da história econômica maranhense. Almeida demonstra que, a partir dos escritos de Raimundo José de Sousa Gaioso, Antônio Bernardino Pereira do Lago, Manuel Antônio Xavier, Garcia de Abranches e Francisco de Paula Ribeiro, no início do século XIX, estabeleceu-se a noção de que, com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756), por inspiração do Marquês de Pombal, durante o governo de Melo e Póvoas, desenvolveram-se os princípios da prosperidade na região, marcando um contraste entre o passado até então “miserável, bárbaro e gentílico” com um momento faustoso e opulento. Tais autores festejavam a introdução da grande lavoura de exportação, escravista, amparada no algodão e no arroz, que teria feito do Maranhão uma das regiões mais ricas do Brasil; como complemento inalienável dessa interpretação, segue-se a percepção da inferioridade do presente, de que “os bons tempos passaram”, e que se vive numa era de escassez e degradação. Essa “datação ortodoxa” tornou-se cânone, “padrão dominante de explicação da realidade” (ALMEIDA apud SILVA, 2008, p. 13).

Grande parte da produção historiográfica sobre a cidade de Alcântara está profundamente imersa no paradigma descrito acima. Os estudos que classificaremos como “clássicos”² têm pontos em comum na interpretação que exibem e nos valores que agregam à trajetória histórica da cidade: consideram a introdução das reformas pombalinas como um “passo adiante”, um momento de “desenvolvimento” da região e, seguindo a mesma lógica, lamentam a derrocada do sistema agroexportador. Eles rotulam tal crise como *decadência*, entendida como processo que partiu de uma situação ideal e culminou em um panorama desolador. O olhar sobre esta “etapa final” da narrativa do passado da cidade nestas obras remete, indefectivelmente, à mais pura e genuína nostalgia. Interessa a este estudo ressaltar

² Neste artigo, consideramos “estudos clássicos” sobre a cidade de Alcântara aqueles produzidos por Jerônimo de Viveiros, Antônio Lopes e, ainda que parcialmente desviante das opiniões dos antecessores, Carlos de Lima; parte dos conteúdos destas obras será analisada neste artigo. A opção pela análise destas obras justifica-se por serem elas as principais referências a respeito da história da cidade, cujos conteúdos amparam o trabalho pedagógico nas escolas de Alcântara, embasam as narrativas oferecidas pelos guias turísticos e grande parte das produções culturais locais.

mais detidamente as representações dos autores “clássicos” a respeito desta última etapa da trajetória consensual de Alcântara, interpretada por eles como *momento de decadência*.

Em 1957, publicou-se postumamente a primeira edição da obra “Alcântara – subsídios para a história da cidade”, de Antônio Lopes. Nela, desde o início, ressalta a opção do autor pelo discurso da decadência. Lopes esforça-se em compor um quadro de contraste entre o passado opulento e o presente ruinoso:

Se não rolaram coches reais pelas ruas de Alcântara, porque o segundo imperador do Brasil faltou à promessa de a visitar, ficando com isso inacabado o palácio que se preparava para hospedá-lo, passaram, conduzidas por possantes escravos negros de libré, cadeirinhas e palanquins com florões e molduras douradas a fogo, cortinas de damasco e alcatifas de veludo, levando como pérolas ocultas entre as valvas das conchas, donairosas sinhás-moças para as missas, novenas e procissões do Carmo, da Matriz e das Mercês, ou para bailes e reuniões festivas. Nessas praças e ruas transitaram governadores e capitães-generais do Estado, capitães-mores de Cumã, Maranhão, Pará, Cameté e Caeté, ouvidores, comissários, provinciais, provisores, ou residentes de três grandes ordens religiosas, capitães ou almirantes de França, Portugal, Espanha e Holanda, senadores, barões e viscondes ou chefes de partidos da Província no tempo do império, sábios, poetas. Os denegridos muros das casas apalaçadas são hoje espectros a lembrarem a quem os contempla um fausto para sempre perdido e guardam inviolados segredos de altas e baixas intrigas políticas e o mistério de tenebrosos dramas de famílias. (LOPES, 2002, p. 23)

Em outro trecho da mesma obra, Lopes reafirma a decadência, dessa vez testemunhada por Nossa Senhora do Livramento, protetora dos navegantes e do povo de Alcântara, que “[...] mora há séculos em sua ermida insulana quase todo o ano fechada, e vem assistindo às vicissitudes da antiga vila hoje cidade, ao seu lento e longo mergulho na decadência, pobreza, timidez, marasmo, tristeza e infortúnio, depois de a ter conhecido próspera opulenta, orgulhosa, ativa, alegre e ditosa.” (LOPES, 2002, p. 319). O autor conclama, ainda, os testemunhos de outros intelectuais para corroborar sua interpretação sobre a trajetória negativa da cidade. Cita Raimundo Lopes, que, em “O Torrão Maranhense” (1916), define Alcântara como “a velha cidade morta”, semeada de “templos destruídos e casarões destelhados”, lamentando a inexistência “da poesia do passado, da grandeza perdida, das relíquias veneráveis, vítimas, não do tempo, mas da incúria e do vandalismo dos interesseiros negociadores do espólio de uma prosperidade que se foi” (LOPES, apud LOPES, 2002, p. 22). Antônio Lopes convoca outro partidário do discurso da decadência: o poeta alcantareense Túlio Gouveia Pimentel Beleza, que, em meados do século XIX, escreveu:

Assim tu és, Alcântara: em tuas praças / Outrora estreitas para imenso povo / Que nelas, ledado e farto, se apinhava, / Rugindo sedas que da Europa em câmbio / Dos frutos do teu solo então nos vinha, / Ora desertas, reptis se cruzam / Por entre bastas moitas, bem medradas, / De verde mato, que a indolência ampara. / Teus denegridos templos ermam, tristes, / Bem diversos de outrora, e alguns por terra / Desmoronados jazem (BELEZA, apud LOPES, 2002, p.320)

O poeta estabelece uma ligação entre a opulência antiga e o comércio exportador, onde as mercadorias europeias – simbolizadas pelas “sedas” – eram obtidas em troca dos produtos locais. O fracasso deste sistema econômico, levando de roldão a sociedade que se formou ao seu redor, foi identificado como “ruína” geral.

A obra de Antônio Lopes, enfim, reincide na afirmação da decadência atual da cidade de Alcântara em contraponto com o passado brilhante e faustoso, insistindo na descrição de um “contraste entre o passado e o presente da cidade e no seu incerto futuro.” (LOPES, 2002, p. 23)

Jerônimo de Viveiros, maranhense descendente de barões escravocratas que tinham casas e fazendas em Alcântara, foi outro autor que dedicou esforços argumentativos para corroborar a ideia da decadência daquela cidade, especialmente na obra “Alcântara no seu passado econômico, social e político”, publicada pela primeira vez em 1949. Para Viveiros, que ecoava aquele paradigma surgido no início do século XIX, a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão era um marco positivo, ponto de partida da prosperidade da Capitania:

[...] esta companhia, que se inaugurava debaixo de protestos, ia fazer a felicidade do Maranhão e do Pará, que tiveram, no fim da era colonial, um período de magnífico esplendor.

Em verdade, a influência da companhia foi decisiva. Introduzindo braços africanos, sementes de arroz da Carolina para substituir o arroz vermelho nativo, melhores processos de cultura de algodão, ferramentas, máquinas de descasque de arroz, adiantamentos de dinheiro, tudo a longos prazos, para pagamento em gêneros, fez crescer a produção do Estado rapidamente.

Convém, entretanto, observar ter sido este êxito extraordinário da Companhia também auxiliado pela revolução industrial, que então, se operava na Europa, e, mais tarde, incrementado pela guerra da independência americana. Mas isto não tira o merecimento do homem que a dirigia, José Vieira da Silva (VIVEIROS, 1977, p. 58)

Para tentar provar a existência desta “fase brilhante da vida econômica do Maranhão” (VIVEIROS, 1977, p. 58), Viveiros arrola dados estatísticos que apontam o aumento das exportações de algodão, arroz e outros itens (ouro, couros, drogas, madeiras, tabaco), assim como o crescimento das exportações em valor total. Estabelece, ainda, comparações entre o Maranhão e outras províncias, apontando que, neste período, o Maranhão ocupava o quarto lugar em expressão econômica entre as regiões do Brasil. Para o autor, em suma, esse período podia ser caracterizado como de “progresso” (VIVEIROS, 1977, p. 59). Dentro deste quadro, destaca os “avanços” de Alcântara: sua produção cresceu, assim como seus índices de exportação. Os principais produtos alcantarenses eram algodão, arroz, açúcar, farinha, peixe seco, sal (VIVEIROS, 1977, p. 60). Viveiros estabelece um “ranking” das cidades

maranhenses, mostrando que Alcântara estava sempre entre as mais 3 ou 4 mais produtivas, liderando em produção de sal (VIVEIROS, 1977, p. 60-61).

No capítulo XII da referida obra, Jerônimo de Viveiros dedica-se a explicar o processo de decadência pelo qual passou a cidade de Alcântara. Começa citando Monteiro Lobato, que escreveu sobre a decadência das cidades do antigo núcleo cafeeiro do Vale do Paraíba. Parafraçando Lobato, Viveiros afirma que “nesses lugares, não se conjugam verbos no presente [...] [t]udo é pretérito”. (VIVEIROS, 1977, p. 89). Sua interpretação do processo de decadência da cidade de Alcântara é abundante de marcos temporais e fatores causais:

A decadência começou no quinquênio de 1865 a 1870, concorrendo para isso vários fatores. O maior, sem dúvida, foi o incremento da indústria açucareira da Província. As terras de Alcântara, por serem areentas, são impróprias à lavoura canavieira, lavoura que tem o seu habitat no Pindaré, Mearim e Baixo Itapucuru, onde, entretanto, o seu desenvolvimento vinha sendo sopitado, naquela época, pelas dificuldades de transporte.

A navegação fluvial a vapor resolveu este problema.

O eixo da produção maranhense deslocou-se do litoral para os vales dos rios. Com a nova geração de lavradores, começou o abandono da velha Alcântara.

A lei de 13 de maio de 1888 apressou-lhe a decadência, que o urbanismo de São Luís completou. (VIVEIROS, 1977, p. 89-90)

Carlos de Lima, cuja obra sobre a cidade de Alcântara foi publicada pela primeira vez em 1997, filiou-se de maneira mais sutil ao discurso da decadência. O conteúdo de sua obra é substancialmente menos dramático que seu título: “Vida, Paixão e Morte da Cidade de Alcântara – Maranhão”. O autor faz interessantes considerações sobre o caráter relacional das verdades, apontando a impossibilidade de se cunhar sentenças absolutas como se fazia no passado. Reflete sobre o fazer da história:

Vamos, pesquisadores, em busca da Verdade. Partimos animados e confiantes à conquista do velocino de ouro capaz de transportar-nos ao reino da Verdade. À proporção, porém, que prosseguimos, reconhecemos quão imutável e impreciso é o objeto de nossa investigação. Afinal, o que é a Verdade? Qual Verdade? A Verdade de quem? Deste autor, desse documento, diversa daquele? A *nossa* Verdade, isto é, a melhor que nos sabe? Tantas são as razões a considerar, que a Verdade verdadeira passa a não existir ante a variedade de pontos-de-vista, de enfoques, de situações, causas, efeitos, circunstâncias, conclusões mais ou menos aceitáveis...

[...]

Quer isto dizer que mesmo o documento escrito e publicado nem sempre é o espelho da verdade. E o que devemos reconhecer é que a verdade, pelo visto, é mais um consenso que uma imagem ou uma notícia. (LIMA, 1998, p. 13)

Partindo dessas considerações iniciais, Carlos de Lima produziu uma obra mais aberta a outras interpretações que não apenas aquela que decreta a decadência de Alcântara e do Maranhão - uma obra que considera outras possibilidades analíticas. Ainda assim, no escopo geral, a obra pode ser enquadrada como partidária do discurso da decadência. Ele concorda,

como seus antecessores historiógrafos de Alcântara, com a afirmação de que a Companhia de Comércio trouxe prosperidade, mas relativiza os fatos:

Afinal, depois de um período em que, dados os acontecimentos belicosos, só poderia piorar o estado pobríssimo dos moradores, a capitania reduzida a extrema miséria, segundo palavras do governador, resolveu el-rei, através de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (depois Marquês de Pombal), criar as companhias de comércio, cabendo ao Maranhão a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que, estabelecendo uma política econômica, regulamentou os lucros, os preços, os fretes, facilitou os transportes, concedeu créditos, proveu a colônia de braços através do fornecimento de negros escravos e tece na sua direção um cidadão honesto, trabalhador e diligente, José Vieira da Silva.

Progrediu a colônia, iniciando-se uma exportação ordenada, os navios vieram com regularidade, chegaram-nos os gêneros necessários a preços acessíveis, cresceu a lavoura, tentaram-se novos artigos e, posto não enriquecesse o povo, melhorou, não há dúvida, o seu modo de vida e, é lógico, tornou poderosa a classe dos comerciantes, lavradores e donos de engenho. (LIMA, 1998, p. 378-379)

Sua interpretação, preocupada com a análise dos diversos pontos de vista possíveis, concede um matiz a separar o povo dos comerciantes, lavradores e donos de engenhos, apontando desigualdades no aproveitamento do empreendimento governamental. Ainda assim, persiste em seu discurso o olhar sobre o “declínio econômico” do Maranhão:

Várias causas têm sido apontadas para o declínio econômico do Maranhão: esgotamento de solo pelos métodos primitivos de lavoura, a exigir sempre novas terras; o alto preço alcançado pelos escravos com o desenvolvimento da indústria açucareira do nordeste e da mineração, no sul; a queda do preço do algodão em virtude da nascente concorrência; as constantes execuções de dívidas justamente pelo encarecimento do escravo além da progressiva proibição do tráfico negreiro. A Guerra da Secessão dos Estados Unidos e a Revolução Industrial na Inglaterra proporcionaram períodos de altas cotações no mercado, que se não puderam manter por muito tempo, causando prejuízos aos imprevidentes comerciantes, incautos e ambiciosos, que gastavam à larga, crenes na infinita permanência dessas condições. (LIMA, 1998, p. 380-381)

Nesta obra de Carlos de Lima, enfim, podem-se localizar resquícios daquele paradigma antigo, descrito e analisado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, que impregna mais fortemente as obras dos outros dois historiógrafos de Alcântara analisados neste texto. Em suma, tais modos de interpretar o passado alcantareense trazem uma abordagem etnocêntrica e elitista do processo histórico, que não reconhece a validade de outras formas de economia e organização social. Seus emissores estabelecem hierarquias entre os sistemas sociais, valorando prioritariamente a cultura europeia e suas expressões locais. Partindo dessas premissas, o fim da cultura eurófila aparece sempre com um sinal negativo.

Não se advoga aqui a inexistência de um período de dinamização econômica no Maranhão: não se trata de negar este fenômeno. A história econômica brasileira reconhece este “surto de desenvolvimento”, que se manifestou também em outras partes do país no final do período colonial, entre o ocaso da mineração e a expansão da cafeicultura. José Jobson de

Andrade Arruda, através da análise de documentação alfandegária, demonstrou a diversificação dos tipos de produtos exportados neste período, ainda que no caso maranhense coubesse ao arroz e ao algodão a maior parte do volume comercializado (ARRUDA, 1988, p. 10). Parece mais do que seguro afirmar que houve de fato um reforço na economia local com a adoção de novas políticas econômicas. O que se busca neste artigo é demonstrar que estes acontecimentos foram superdimensionados e recobertos por um paradigma interpretativo que mitifica o passado maranhense (SILVA, 2008, p. 19), impregnando-o com forte juízo de valor, e que a aceitação desses conceitos implica em consequências diretas e incisivas sobre as vidas de milhares de pessoas. Tal forma de interpretar a trajetória do Maranhão é nitidamente marcada por “incongruências e intenções políticas” (SILVA, 2008, p. 17); seus prosélitos criam a noção de que fatores externos destruíram um sistema ideal, o que leva a um desejo de reconstruir aquele “passado glorioso”. Além disso, deixa-se de reconhecer a fatídica falência que as próprias mazelas intrínsecas a tal modelo econômico determinavam: a insustentabilidade social, ecológica e econômica que um sistema escravista, predatório e dependente dos movimentos do mercado externo fatalmente decretava.

Esse consenso sobre a decadência da cidade de Alcântara vem sendo contestado por uma nova geração de estudiosos. Nos últimos 40 anos, antropólogos e sociólogos maranhenses³ vêm reinterpretando a história do Maranhão e de Alcântara. Em suas obras, inverteu-se o sinal: o momento de crise do sistema escravista agroexportador é visto positivamente, não mais como o fim de um ciclo de desenvolvimento, mas como gênese de uma nova organização. Eles encontram nesta conjunção histórica o florescimento da nova dinâmica socioeconômica levada a cabo pela antiga casta servil, num processo de transição da economia senhorial para outra, baseada no campesinato livre. Nestas obras, a trajetória de Alcântara deixa de ser entendida pela dicotomia “apogeu e decadência”, para ser vista como processo de constituição dos territórios étnicos⁴. Ex-escravos e caboclos tornaram-se senhores das terras alcantarenses, introduzindo uma nova lógica organizacional, reorientando os sentidos da produção, ressignificando as práticas econômicas e ecológicas, reestruturando todo o sistema de valores sociais. Para eles, a história de Alcântara do século XIX é uma história de enfraquecimento gradual do sistema agroexportador, escravista e latifundiário,

³ Refere-se aqui, especialmente, aos trabalhos realizados pelos cientistas sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), particularmente os estudos encetados pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Oliveira. Tal “escola” forma o que Maristela de Paula Andrade chamou de “pensamento antropológico maranhense” (ANDRADE, 2007, p. 13).

⁴ Entende-se por “territórios étnicos” as unidades territoriais apropriadas e administradas por índios, negros e seus descendentes, e que, no século XX, seriam também identificadas como “áreas remanescentes de quilombos”, “terras de pretos” ou “terras de caboclos”.

movimento que, somado à tenaz e contínua resistência dos escravos africanos e crioulos, levou à formação dos territórios étnicos: os indivíduos escapavam da escravidão e das malhas frouxas de um sistema produtivo em crise e se apropriavam das terras da região, formando centenas de povoados.

Esta “guerra de interpretações”, longe de se restringir ao silencioso universo acadêmico-literário, é decisiva para a definição de situações reais. Longe de ser atinente apenas ao passado longínquo, está ligada a situações contemporâneas que envolvem as vidas, as famílias e os bens de milhares de pessoas. O posicionamento da sociedade e do Estado com relação a essa disputa é essencial na determinação dos destinos das comunidades quilombolas de Alcântara. De fato, formaram-se, ao longo dos séculos XVIII e XIX, os territórios étnicos em Alcântara, na esteira da derrocada do sistema agroexportador. No entanto, tal processo se deu à margem de qualquer reconhecimento jurídico. Tal apropriação territorial ocorreu sem as formalidades legais consideradas imprescindíveis pela sociedade circundante. Diversos pesquisadores tentaram, sem sucesso, encontrar nos cartórios da região registros escritos que amparassem a posse dessas terras pelos quilombolas.

É nessa lacuna entre a realidade e a legalidade que atuam fortemente os discursos e representações sobre a história de Alcântara. Se, como fizeram os autores “clássicos”, considerar-se que a crise agroexportadora foi de fato um passo para a “decadência” da cidade, ocorrem de roldão duas tomadas de posição: primeiro, passa-se a enxergar os territórios quilombolas como sintomas do atraso; segundo, cria-se imediatamente o desejo de desenvolver atitudes “saneadoras” que recuperem o “brilho” de outrora. Se, por outro lado, admitir-se que tal crise deu início ao desenvolvimento de uma nova estrutura socioeconômica válida, passa-se automaticamente a considerar-se legítima a existência e a reprodução indefinida do modo de vida dos camponeses livres e quilombolas, e surge um reconhecimento de sua ocupação dos territórios.

Historicamente, o que se tem visto é um alinhamento do Estado e dos segmentos mais proeminentes da sociedade maranhense e nacional com o “discurso da decadência”⁵, o que tem se traduzido em ações atentatórias à existência das comunidades quilombolas de Alcântara. No início dos anos 1970, o governo estadual decretou que os territórios dos quilombolas da região eram na verdade “terras devolutas”, ou seja, ociosas e abandonadas, e passou a lotear grandes áreas, divididas em pequenas parcelas, que foram vendidas a

⁵ Esse alinhamento estatal pode ser constatado, além de outras formas, pelo aparecimento de constantes reedições – financiadas por órgãos do governo estadual e grandes empresas – com que as obras inseridas no discurso da decadência são beneficiadas. Longe de desaparecerem do panorama intelectual maranhense, tais ideias vêm sendo reinscridas continuamente através de novas tiragens.

agricultores advindos de outros Estados (SÁ, 2007, passim). Nos anos 1980, um golpe ainda mais violento foi desfechado: o Governo Federal desapropriou mais da metade do território da cidade de Alcântara para a instalação de um Centro de Lançamento de Foguetes. Nesse processo, milhares de moradores de povoados quilombolas foram deslocados de suas terras, destinados às “agrovilas” construídas pela Aeronáutica. Atualmente, está em curso uma nova fase do projeto espacial, que implica na ampliação da área desapropriada e no deslocamento de mais comunidades quilombolas⁶.

A criação do Museu e suas relações com os discursos sobre a história da cidade

No Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, ampliaram-se os esforços para definir, preservar e comunicar uma “identidade nacional”, num impulso que se institucionalizou na década de 1930, com a criação de órgãos voltados para estes objetivos. Estudos recentes têm refletido sobre as ideias e as ações dos intelectuais e agentes governamentais que implementaram as políticas de preservação de patrimônio no país. De maneira geral, percebe-se que seu trabalho estava imerso num forte viés ideológico, que naturalizava certos paradigmas: para eles, o presente aparecia como corroído por um processo de perda que arriscava apagar uma situação original vista como ideal. É nesse ponto que se apoiavam os trabalhos e práticas de preservação cultural, que intervieram visando resgatar, restaurar e preservar os fragmentos, buscando restabelecer e assegurar a continuidade com aquele passado mítico ideal. Nas palavras de José Reinaldo Santos Gonçalves,

as práticas de preservação histórica nas modernas sociedades nacionais estão associadas a narrativas que se configuram como respostas a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob risco iminente de desaparecimento. Os intelectuais que se dedicam a pensar esse tema assumem tal situação como um dado, e veem a perda do chamado “patrimônio cultural” como um processo histórico objetivo, desdobrando-se no tempo e no espaço. Em suas narrativas, a perda pressupõe uma situação original ou primordial de integridade e continuidade, enquanto a história é concebida como um processo contínuo de destruição daquela situação. Sua missão é, conseqüentemente, definida como a de proteger aqueles valores ameaçados e redimi-los em uma dimensão de permanência e transcendência. (GONÇALVES, 1996, p. 89)

Percebe-se, portanto, que aquele “discurso da decadência” maranhense, apontado por Alfredo Wagner, tinha ressonância entre seus congêneres nos órgãos governamentais de

⁶ Resta ressaltar que grande parte dos removidos não se adaptou à vida nas agrovilas, que foram estruturadas em terras impróprias para agricultura, longe dos cursos d'água que forneciam importantes elementos alimentares às comunidades, e sob regime parcelar de acesso à terra, contrariando a antiga organização comunal. Esses desvãos provocaram um intenso êxodo rural, levando parte das pessoas realocadas a migrarem para as cidades vizinhas. A zona urbana de Alcântara, nesse processo, experimentou um inchaço repentino que gerou ainda mais mazelas sociais (SOUZA FILHO et ANDRADE, 2006, passim).

proteção do patrimônio. A identidade maranhense, como a nacional, foi delimitada a partir da idealização do passado, e as instituições que surgiram para salvaguardar o patrimônio se impregnaram fortemente dessa “retórica da perda”.

A criação de aparatos memoriais em Alcântara seguiu este padrão: esteve ligada, desde o início, ao discurso da decadência. O impulso de preservar o patrimônio histórico da cidade justificava-se pela manutenção dos vestígios de uma era de fausto que desaparecera, espécie de prova visual que, em meio à decadência do presente, relembresse a opulência do passado. Um dos registros mais antigos desta ligação entre o discurso da decadência e as iniciativas preservacionistas em Alcântara pode ser encontrado na narrativa de Antônio Lopes sobre os esforços que moradores e intelectuais fizeram, em 1927, para evitar a derrubada das ruínas da Igreja Matriz da cidade. Naquela ocasião, o escritor defendeu a manutenção dessas “testemunhas de tempos memoráveis”:

Não foi, é certo, Fídias quem construiu a Matriz de Alcântara, nem outro artista célebre dos áureos tempos da beleza da Grécia ou da grandeza de Roma, porém não se sabe quem levantou tantos edifícios que, embora sem um grande valor artístico, falam em velhas urbes, de gerações extintas e eras de antanho. Os povos cultos, quando querem modernizar logradouros públicos das suas cidades, não destroem ruínas *que nesses lugares atestem passadas grandezas*: colocam-nos entre árvores, gramados, flores e repuxos de água cantante e cristalina, deixando-as realçarem com o prestígio de sua vetustez tais sítios [...] (LOPES, 2002, p. 78, grifo nosso)

Em 1948, a cidade foi elevada à condição de “monumento nacional”. Apesar da iniciativa ser efetivada pelo serviço federal de proteção do patrimônio, Jerônimo de Viveiros o creditou à ação do então governador do Estado do Maranhão. Segundo ele, “do esplendor do passado só restam tristes ruínas, que desapareceriam, num futuro próximo, se o Governo do Sr. Sebastião Archer da Silva, num ato de benemerência, não se interessasse por transformar a velha cidade em monumento histórico da Nação” (VIVEIROS, 1977, p. 90). Mais uma vez, evidenciava-se uma ligação entre patrimônio e passado idealizado.

No final do século XX, novo impulso político, fartamente apoiado no discurso da decadência, incidiu sobre as práticas culturais no Maranhão, resultando, entre outras coisas, na reedição das obras “clássicas” da historiografia maranhense. Em 1977, por ocasião da reedição da obra de Jerônimo de Viveiros sobre Alcântara, manifestava-se a Fundação Cultural do Maranhão sobre o sentido de seus esforços:

O presente livro sobre Alcântara representa, ao lado do alentado estudo de Antônio Lopes, quanto, a nível de bibliografia específica, temos de básico a respeito da velha Tapuitapera [Alcântara] que, *após os tempos de esplendor econômico e liderança política, amargou um penoso e progressivo declínio, chegando ao abandono da cidade morta.*

Mas a antiga Vila dos Coelho de Carvalho, sede da Capitania de Cumã, não foi despojada de sua grandeza ante o olhar de cúmplice indiferença dos maranhenses.

Em sua defesa houve sempre quem levantasse a voz, em tom de denúncia ou deprecação, contra a agonia que estertorava Alcântara, como a puni-la, incruenta, pelos dias de riqueza e prestígio de seus barões.

Entre estas vozes se inclui a de Jerônimo de Viveiros, alcantarense que provém de uma das mais ilustres e tradicionais famílias daquela cidade.

Atualmente a Fundação Cultural do Maranhão, através de seu Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico, insere Alcântara entre as suas metas prioritárias. O Plano de Restauração do Patrimônio Histórico e Artístico de São Luís e Alcântara já marcou, ali, o sinal de sua presença atuante, recuperando igrejas, restaurando altares, estabilizando sobradões e traçando para eles projetos de utilização e aproveitamento.

Ao presente esforço de ressurreição da cidade de Alcântara não poderiam faltar providências outras no sentido de dar-lhe sincronia e viabilidade. Proporcionar boas condições de acesso, oferecer hospedagem condigna aos visitantes, *organizar museus*, tudo isso e muito mais serão itens indispensáveis para a estrutura em que se apoiará a revitalização da cidade.

Exatamente dentro desta concepção é que se reedita, agora, *Alcântara no seu passado econômico, social e político*, livro que significa uma contribuição efetiva ao trabalho da Fundação Cultural do Maranhão. (VIVEIROS, 1977, s/p, grifos nossos)

O texto, sem indicação de autoria, parte da premissa de que Alcântara é uma “cidade morta” cuja “ressurreição” dependeria da ação governamental. Dessa forma, ao lado das intervenções físicas que se destinavam a recuperar e estabilizar as construções da cidade, o órgão propunha “projetos de utilização e aproveitamento”, investindo em condições de acesso e hospedagem e, sugestivamente, *criando museus*.

É dentro desse espírito, pespegado dessas noções e conceitos, que nasce o Museu Casa Histórica de Alcântara (MCHA). O Museu começou a surgir em dezembro de 1986, quando um decreto presidencial desapropriou o sobrado e seu conteúdo com a finalidade de criar um espaço museal. Seguindo o destino de muitos Museus, o MCHA ocupou um antigo “espaço de poder”: o Sobrado número 7 da Praça da Matriz de Alcântara, que pertenceu, sucessivamente, às famílias Viveiros e Guimarães. A primeira delas teve barões, presidentes de Província e deputados entre seus membros e amparava-se economicamente no trinômio latifúndio-escravismo-agroexportação. Já a família Guimarães, composta por comerciantes e oficiais de diversas especialidades, representava a nova ordem republicana. Depois de um início de vida humilde, os Guimarães galgaram posições e cabedais ao longo das primeiras décadas do século XX, e tornaram-se membros da nova elite regional. O MCHA está, portanto, ancorado fisicamente num prédio que sempre serviu à elite, e que sempre se serviu de mão-de-obra escrava ou semiescrava, e está inserido naquele contexto de tensões e disputas por territórios e força de trabalho, que caracteriza a região de Alcântara desde os primórdios do século XIX.

Instalado num dos núcleos de poder da cidade, cercado pelas questões e pressões históricas herdadas dos séculos precedentes, o Museu foi, desde o início, instado a se

posicionar. Impossível fugir de uma definição discursiva: urgia demarcar uma narrativa, eger, entre as memórias possíveis, qual se deveria preservar. A “guerra de interpretações” sobre a história da cidade ressoou também nesta instituição. Já em sua fundação, apareceram propostas divergentes sobre a posição que a instituição deveria tomar frente à história da cidade. Dois grupos distintos disputaram pelo estabelecimento de suas visões a respeito da narrativa ideal do novo Museu.

Por um lado, atuou a Comissão Técnica, criada por ordem do Secretário do Patrimônio Histórico Nacional, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, por meio da portaria nº 6 de 20/05/1987. Coordenada por Célia Maria Corsino, a comissão era responsável pela elaboração de um “plano executivo” para o futuro Museu. O outro grupo de pressão, organizado localmente, era formado pelos expropriados (membros da família Guimarães) e pelo perito judicial encarregado de determinar o valor e o estado dos bens, o colecionador de antiguidades Luiz Alfredo Netto Guterres.

O perito Guterres, em seu Laudo Pericial elaborado com a colaboração de Heidimar Guimarães Marques, antigo proprietário do sobrado, defendia que o Museu deveria se dedicar a contar a história do “período do fausto” da cidade. Em suas palavras, o sobrado e seu conteúdo, que haviam pertencido a “ilustres famílias de alcantarenses”, era “[...] um verdadeiro sacrário-relicário de informações bisseculares que retratam o apogeu e a decadência da vida da hoje Cidade Monumento Alcântara.” Dessa forma, além de eger como protagonista do novo Museu a memória dos nobres e ricos do passado, sugeria subscrever o “discurso da decadência”. Pleiteava, afinal, tornar o espaço um local de culto à memória dos tempos áureos em que os nobres latifundiários e escravistas de Alcântara gozavam a hegemonia social (Laudo Pericial referente ao Processo de Ação Cautelar nº 5373/87, de autoria de Luís Alfredo Netto Guterres, 25/01/1987).

A Comissão Técnica tinha outros planos para o recém-nascido Museu. Respondendo às sugestões de Guterres, a coordenadora da comissão técnica atacou com veemência a ideia de criar um museu dedicado à memória da elite, argumentando da seguinte forma:

Entendemos que um museu moderno, principalmente em comunidades como a alcantarenses, deve ter função social relevante. A simples reprodução de uma casa alcantarenses não modificará ou influenciará a comunidade. O que se espera não é a exibição de objetos antigos, mortos e acabados, mas sim levar o visitante a ter uma visão crítica da cidade [...] em todos os seus momentos – passado, presente e futuro – A simples coleção de objetos antigos não fará do museu uma instituição eficiente e afinada com o seu tempo. [...] Cremos que a montagem de uma casa de época passa pelas indagações: que época? Casa de quem?

Não na certa da maioria da população alcantarenses de hoje. Será que sacralizar a Alcântara dos tempos dos Barões é o objetivo de um museu da cidade? Certamente não. Não pretendemos fazer um museu réplica da casa dos Guimarães, mas ter todo um universo simbólico concreto, de toda a Alcântara no espaço Museu da Cidade.

(Parecer nº 002/08 referente ao Processo de Ação Cautelar nº 5373/87, de autoria de Célia Maria Corsino, Assessora Técnica do SNM, Coordenadora da Comissão para Implantação do Museu da Cidade de Alcântara, 1987)

Corsino, reconhecendo o potencial sacralizador dos museus, desejava evitar a eleição de atores históricos privilegiados, e a consequente exclusão de todas as outras figuras presentes na sociedade. Queria fugir do exclusivismo do passado, pugnando por um museu preocupado com a vida presente da sociedade alcantareense. Queria, sobretudo, um museu democrático, que aceitasse abrigar as múltiplas identidades e memórias do corpo social da região. A proposta era, então, que se criasse no espaço um “Museu da Cidade”.

A criação do Museu foi marcada por descontinuidades. Ocorreram muitos momentos de suspensão das atividades, por conta de inúmeros fatores, de maneira que o empreendimento de musealização do espaço que viria a se tornar o Museu Casa Histórica de Alcântara prolongou-se por mais de 18 anos. No início do século XXI, houve uma intensificação nas atividades, etapa marcada pela restauração do prédio e do acervo. Nessa altura, no entanto, abandonou-se a antiga discussão a respeito da natureza do discurso do Museu, e decidiu-se unilateralmente pela criação de um espaço que remetesse aos antigos sobrados senhoriais do século XIX. Abandonou-se a antiga ideia de se instituir um “Museu da Cidade”; no seu lugar, decidiu-se pela criação de uma “Casa Histórica”; de certa forma, essa configuração representava a vitória da visão do antiquário Guterres.

O processo de restauração do prédio foi feito com vistas a atingir este objetivo. Em primeiro lugar, houve uma completa supressão de todas as áreas de serviço e da senzala. Ao fazer isso, transformando os antigos espaços de serviços e senzalas em áreas técnicas, administrativas e sanitárias, apagou-se da casa um aspecto importante, que seria base para reflexões riquíssimas⁷. O MCHA ficou incompleto, mantendo apenas a parte “social” da casa, de maneira que os visitantes deixam de ver o “lado negro”, a contribuição, sofrida e obrigatória, que os escravos deram para a formação de toda aquela riqueza. Houve, ainda, a desmontagem de uma botica, do armazém, de paredes e escadas existentes no prédio, a eliminação de papéis de parede e outras estruturas que haviam sido introduzidas ao longo do tempo de moradia da segunda família, e que representavam a adaptação do prédio a novos arranjos familiares, domésticos e de trabalho (Depoimento de Heidimar Guimarães Marques).

Dessa forma, o MCHA parecia inclinar-se para uma função memorial, para a lembrança saudosa e nostálgica dos tempos dos barões, do apogeu da cidade, da riqueza do

⁷ Resta notar que esta prática se repetiu em quase todos os prédios coloniais e imperiais do Maranhão: o mesmo destino sofreram as senzalas e cozinhas dos prédios que abrigam a Casa da Festa, a Casa de Nhozinho, o Museu de Artes Visuais do Maranhão, o Arquivo Público do Estado do Maranhão em São Luís, a Casa do Divino e o Museu Histórico de Alcântara, entre outros.

século XIX, marcando um contraste com a “pobreza” dos dias de hoje. A musealização foi conduzida de maneira a contribuir para a construção de uma identidade alcantareense unívoca, uma determinada memória “unificada e homogeneizada, [...] formadora de imagem, representação de si próprio que reorganiza simbolicamente o universo das coisas e das relações e produz legitimações”. (MENESES, 2000b, p. 7).

Complementando essa construção narrativa, produziu-se um pequeno livro institucional, intitulado “Museu Casa Histórica de Alcântara” (ALMEIDA, et alii, 2006), que colocou em palavras aquilo que o Museu e a exposição diziam por imagens e gestos: dedicado à memória das “famílias ilustres” que residiram no Sobrado, retoma o “discurso da decadência” em todas as suas vertentes. Nas palavras dos autores, o local serviria como “testemunho petrificado de um tempo [de] fausto da sociedade alcantareense” (ALMEIDA, et alii, 2006, p. 25). Embasado parte nas informações contidas no Laudo Pericial do antiquário Guterres, parte na bibliografia “clássica” sobre a cidade de Alcântara, a obra conta a história da riqueza do século XIX e a “decadência” da cidade no período posterior à abolição da escravatura⁸.

Dessa forma, quando o Museu foi finalmente aberto ao público, em 2006, oferecia-se aos visitantes uma narrativa profundamente identificada com o “discurso da decadência”, num espaço que, ao contrário do que pleiteava Celia Corsino nos anos 1980, privilegiava a memória da antiga “nobreza” escravocrata alcantareense.

Perspectivas

Mário Chagas demonstrou sua fé na “reabilitação” dos museus criados com “caráter celebrativo”, que para ele não podem ser vistos como “fadados a jamais desenvolver trabalhos de estímulo e recepção crítica e maior participação social”. Ao contrário, crê que é possível

⁸ Outro ponto polêmico da obra é a forma como se descreve o patriarca da segunda família a viver no sobrado, Antonino da Silva Guimarães: ao comerciante é reputada a façanha de enriquecer às custas da desgraça das pessoas que faliram com o fim da escravidão, por meio da usura. Uma pesquisa efetuada nos Cartórios da cidade demonstrou que, na verdade, o comerciante enriquecera por conta de décadas de trabalho aturado e metódico por trás dos balcões de seus estabelecimentos, e que sua atividade creditícia surgiu *depois* da ascensão econômica. O resultado dessa investigação sobre a vida econômica do comerciante Antonino da Silva Guimarães foi apresentado no II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista, e está disponível para consulta nos anais eletrônicos do evento (CAIRES, 2011). Além de indicar a natureza do sucesso econômico do comerciante Antonino, a análise dos documentos do período em que ele atuou levantou dúvidas a respeito da afirmação de que a cidade entrara em decadência no fim do século XIX, já que a documentação apontou movimentos econômicos intensos por parte de outros atores históricos. Este foi o ponto de partida para investigações que culminaram neste texto, que nega a decadência e que sugere outro posicionamento do Museu em relação às representações sobre a história da cidade de Alcântara.

que se transformem em “equipamentos voltados democraticamente para o trabalho com o poder da memória” (CHAGAS, 1999, p. 22-23). Ulpiano Meneses, que atuou na direção de um Museu carregado de intenções celebrativas, deu a receita para inverter o sentido dos esforços e conferir legitimidade social ao trabalho dos museus, elegendo os “problemas históricos” como cerne de suas preocupações (MENESES, 2000b, p. 8).

Apesar de estar encravado num espaço de poder que foi, durante o processo de musealização, preparado para servir ao “discurso da decadência”⁹, há esperanças concretas de reverter as diretrizes da Instituição nos próximos anos. A adoção de uma nova filosofia de trabalho já tem provocado modificações positivas na sua natureza. O paciente trabalho do setor Educativo tem conquistado parceiros e difundido o Museu como espaço da comunidade na cidade de Alcântara. No ano de 2011, foram efetuadas várias reuniões com membros da sociedade local, especialmente educadores e gestores escolares, que têm estreitado os laços entre as instituições. Resultados concretos já foram observados. O Museu abriu-se para a comunidade, que foi convidada a participar da elaboração do Plano de Ação para 2011 e ajudou a discutir pontos importantes do novo Plano Museológico que se está construindo.

Houve, ainda, um reforço importante dos aspectos técnicos da Casa, com a adoção de novas políticas de manutenção de acervo e uma reorganização completa da Reserva Técnica. Efetuou-se uma revisão no inventário, que abarcou todos os itens em poder do MCHA, ampliando o total de peças inventariadas de 958 para 2087.

Num plano mais conceitual, no que tange à narrativa do Museu, ao discurso que ele emana e subscreve e à democratização do espaço para a recepção e acolhimento de outras memórias e identidades, alguns avanços já foram observados.

Não se abandonou de todo o caráter *personalista* do prédio e do acervo: ainda se fazem presentes na exposição os barões e ricos que ali viveram. A nova história social, que vem emergindo das academias desde os anos 1970, demonstra como se pode fazer uso relevante de personalidades do passado sem o risco de incorrer na “celebração dos grandes vultos”. Por meio da metodologia que se convencionou chamar de “micro-história”, as trajetórias de indivíduos singulares – seja a do ex-escravo Rufino José Maria, seja a do moleiro Menocchio, seja a do negro Arias da Silva, ou, no caso do MCHA, da Baronesa de São Bento ou de Antonino da Silva Guimarães – são empregadas como “fachos de luz”, formando “trilhas” que oferecem ao historiador a possibilidade de acompanhar de perto o

⁹ Jacques Le Goff demonstrou o caráter puramente ideológico do conceito de decadência, quando aplicado a trabalhos historiográficos, usado como ferramenta àqueles que contestam os tempos em que vivem em favor de valores de um passado mítico e idealizado (LE GOFF, 2003, p. 373).

contexto do vivente. Olhados desta forma, os indivíduos são “chaves de interpretação” de toda uma realidade social em suas mais delicadas tramas.

Outra possibilidade promissora emerge com a instituição de um novo ramo de ação da Casa: a constituição de um Acervo Audiovisual. Empregando os métodos e técnicas da História Oral, o programa propõe-se a coletar, abrigar e disponibilizar ao público interessado um conjunto de depoimentos orais dos habitantes da região. Realizado em ciclos temáticos, o projeto iniciou-se com a coleta de depoimentos que versaram sobre as Caixeiros do Divino Espírito Santo de Alcântara. Esta vertente do trabalho do MCHA pode resultar em exposições temporárias e, também, pode materializar-se em um novo espaço de longa duração a ser anexado ao Museu num futuro próximo. Este trabalho solidifica a relação entre a instituição e os diversos membros da comunidade local, apontando a todos que se trata de um local aberto e democrático.

Finalmente, busca-se ressignificar o trabalho do MCHA, espantando os “fantasmas celebrativos”, por meio de uma nova abordagem das peças do acervo. Os objetos deixam de ser vistos por sua relação com as figuras e personagens do passado, e passam a ser encarados em sua materialidade, por seus significados e pelos valores contidos em si. Nas palavras de Marlene Suano, os objetos devem ser observados como resultado de trabalho, remetendo ao homem e à sociedade que o produziu, e como mediadores da compreensão que as pessoas têm “dos espaços, de sua sociedade, do meio ambiente” (SUANO, 2000, p. 16). O resultado deste tipo de observação no MCHA tem permitido entrever as nuances das relações entre os gêneros, o avanço da produção industrial sobre o trabalho manufatureiro, os meandros da penetração dos itens estrangeiros, os padrões de consumo, as soluções domésticas em diálogo com o contexto urbano de Alcântara, etc¹⁰. Estas são, enfim, as promissoras perspectivas para o MCHA nos próximos anos.

Considerações finais

Espera-se que a análise do caso da criação do MCHA tenha demonstrado os caminhos pelos quais os discursos e representações se institucionalizam, corporificando-se e gerando desdobramentos bastante concretos. Na maioria dos “lugares de memória” optou-se pela

¹⁰ Os resultados destas observações pontuais sobre determinados objetos do acervo têm sido publicados no Blog do MCHA (museucasaalcantara.blogspot.com).

eleição de determinado segmento da sociedade e pela valorização de seu modo de vida, em detrimento de outros grupos existentes. Tal forma de agir revela uma mentalidade etnocêntrica que é avessa ao reconhecimento do “outro” enquanto portador de estruturas legítimas de organização social, econômica, cultural, etc.

Espera-se ainda que fique clara a relação entre o “discurso da decadência” que permeia a produção cultural maranhense e os “projetos de modernização” que ameaçam vidas e propriedades de milhares de pessoas. No caso de Alcântara, a aceitação da premissa de que os habitantes dos territórios étnicos, ou quilombolas, sejam pobres, atrasados e de que não fazem uso regular de suas terras permite que a sociedade circundante, amparada pelo braço forte do Estado, conteste-lhes o direito de permanecer nos territórios em que vivem e produzem há mais de 150 anos.

Essa situação demonstra cabalmente o peso das representações sobre a “vida real”. Representações geram discursos, que engendram ações: isso fica claro no caso analisado. Dentro deste universo, uma instituição dedicada à memória, à preservação e divulgação de certas figuras, de certos padrões de conduta, tem papel preponderante. Os museus, portanto, são atores privilegiados neste intrincado jogo conceitual. Cabe aos que atuam nestas instituições reconhecer em suas narrativas os discursos que emanam e subscrevem, procurando detectar e eliminar posicionamentos equivocados, preconceitos e etnocentrismos.

REFERÊNCIAS

Documentos

Depoimento de Heidimar Guimarães Marques, registrado em 04/04/2011. Acervo Audiovisual do MCHA.

Laudo Pericial referente ao Processo de Ação Cautelar nº 5373/87, de autoria de Luís Alfredo Netto Guterres, 25/01/1987 – Acervo MCHA

Parecer nº 002/08 referente ao Processo de Ação Cautelar nº 5373/87, de autoria de Célia Maria Corsino, Assessora Técnica do SNM, Coordenadora da Comissão para Implantação do Museu da Cidade de Alcântara, 1987 – Acervo MCHA

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Fontes Orais – Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva, et alii. **Museu Casa Histórica de Alcântara**. São Luís: IPHAN, 2006.

ANDRADE, Maristela de Paula. Apresentação – Uma antropologia do campesinato no Maranhão. In: SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra – Propriedade Comunal e Campesinato Livre na Baixada Ocidental Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2007. pp. 9–16.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Economia Brasileira no Fim da Época Colonial: a diversificação da produção, o ganho do monopólio e a falsa euforia do Maranhão**. In: Revista de História nº119 (nova série) pp 3 – 21. USP: São Paulo, 1988.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília: Edições Ibama, 2006.

CAIRES, Daniel Rincon. **O Barão Republicano: Antonino da Silva Guimarães e a nova ordem em Alcântara na virada do século XIX**. Anais eletrônicos do II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista, 2011.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada Museu: preparando o terreno**. Cadernos de Sociomuseologia, nº 13, 1999. p. 19-26.

CHARTIER, Roger. **História Cultural – Entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Miraflores: Difel, 2002.

FARIA, Regina Helena Martins de. Escravos, Livres Pobres, Índios e Imigrantes Estrangeiros nas representações das Elites do Maranhão Oitocentista. In: COSTA, Wagner Cabral da. **História do Maranhão: Novos Estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo. Fontes Arqueológicas – Os Historiadores e a Cultura Material. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003

LIMA, Carlos de. **Vida, Paixão e Morte da Cidade de Alcântara – Maranhão**. São Luís: SECMA, 1998.

LOPES, Antônio. **Alcântara: Subsídios para a história da Cidade**. São Paulo: Siciliano, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Para que serve um Museu Histórico? In: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (Org.). **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista, 2000a. p. 3-6

_____. Museus Históricos: da celebração à consciência histórica. In: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (Org.). **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista, 2000b. p. 7-10

SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra**: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense. São Luís: Edufma, 2007.

SILVA, Ana Ládía Conceição. **Falas de Decadência, moralidade e ordem**: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles. 2008. 177f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA FILHO, Benedito de; ANDRADE, Maristela de Paula; (Org.) **Fome de Farinha**: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006.

SUANO, Marlene. Alfaias, apetrechos, tarecos, trecos: os móveis. In: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (Org.). **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista, 2000. p. 15-18.

TURNER, Frederick Jackson. **O significado da História**. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.191-223, 2005.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado Econômico, Social e Político**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.